



CPI ampla respeita o princípio da eficiência, diz Renan ao STF

Presidente do Senado respondeu ontem a questionamentos da ministra Rosa Weber

Renan Calheiros atendeu ontem a solicitação da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, relatora de dois mandados de segurança sobre a CPI da Petrobras: um da oposição e outro do governo. A presidente da empresa, Graça Foster, será ouvida hoje em audiência pública conjunta no Senado. **3**



João de Araújo/Agência Senado

Renan afirma que direito da Minoria não foi ofendido, como alega oposição



Presidente da Transpetro, Sérgio Machado, Dilma, governador João Lyra e Graça Foster lançam navio em Pernambuco

Divulgação Agência Petrobras

Escassez de mão de obra em discussão

Comissão de Infraestrutura ouviu especialistas sobre um dos maiores gargalos para o desenvolvimento do país: a

falta de trabalhadores de nível técnico qualificados. Solução passa por educação básica, afirmam os debatedores. **6**



Sheyla Leal/Agência Senado

Reunião faz parte do ciclo de debates sobre investimento e gestão logística no país que o colegiado realiza

Pesquisa do Ipea sobre estupro gera audiência conjunta hoje **7**

Marco Civil da Internet volta à pauta de três comissões **8**

Debate denuncia apoio à tortura no Chile

Em audiência, brasileiros ex-presos políticos da ditadura chilena na década de 70 denunciaram omissão da diplo-

macia nacional e treinamento de torturadores no Chile por agentes da polícia política do Brasil. **7**



Lia de Paula/Agência Senado

Depoimentos de ontem vão ajudar na tentativa de reconhecer os torturadores brasileiros que atuaram no Chile



Ministério da Pesca

Atividade teve impostos reduzidos e ampliação de investimentos

Crescimento da pesca traz novas oportunidades

Setor reencontra o desenvolvimento, ampliando chances de trabalho e investimento.

ONU estima que o Brasil poderá responder por 20% da produção mundial de pescado. **4 e 5**

Funpresp já reúne 80% dos novos servidores do Senado **2**

Governo deve enviar projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias **3**

Fundo de previdência complementar já recebeu cerca de 80% dos servidores que ingressaram no Legislativo desde maio de 2013, quando começaram a valer novas regras

Funpresp pode chegar a 8 mil adesões em 2014

Rodrigo Baptista

PARA GARANTIR APOSENTADORIA superior ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), 3 mil servidores já aderiram ao plano gerido pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), dos funcionários dos Poderes Executivo e Legislativo. A estimativa é atingir 8 mil adesões até o fim do ano, de acordo com Ricardo Pena, diretor-presidente da Funpresp.

No caso do Senado, 80% dos servidores que ingressaram a partir de 7 de maio de 2013 — data em que começaram a valer as novas regras para o Legislativo — já aderiram ao LegisPrev, cujos patrocinadores são a Câmara, o Senado e o Tribunal de Contas da União.

O índice desconsidera os que já trabalhavam em outros órgãos públicos e que, portanto, não se enquadram no novo regime previdenciário.

O regime foi instituído pela Lei 12.618/2012. Os novos servidores da União estão submetidos ao mesmo teto previdenciário do INSS, atualmente de R\$ 4.390,24 mensais. Para receber mais do que isso quando se aposentarem, um dos caminhos é contribuir para a Funpresp com 7,5%, 8% ou 8,5% do salário, com igual contrapartida do patrocinador. Essa é uma das vantagens de aderir ao plano, segundo explicou Ricardo Pena à Agência Senado.

— Isso quer dizer que, a cada R\$ 1 que o servidor aportar, ele tem a paridade do seu patrocinador. Que investimento você faz com R\$ 1 e imediatamente tem R\$ 2? Ou seja, 100% de

rentabilidade na data da aplicação — assinalou Pena.

O representante do Senado no Conselho Deliberativo da Funpresp, Walter Valente Júnior, acrescentou que a contribuição só é válida a partir do momento em que o servidor opta por aderir ao plano. Da mesma forma, a patrocinadora só aplica o valor na conta individual que o servidor tem no LegisPrev a partir dessa data.

— A contribuição não retroage. Então, a orientação que a gente passa para a área de Recursos Humanos é de levar essa informação ao servidor para que ele possa tomar essa decisão na posse. Quanto mais tempo ele deixa de contribuir, mais recursos ele perde — acrescentou Valente Júnior.

Isso porque a Funpresp adota um modelo de contribuição definida, ou seja, é fixado o valor da contribuição, mas o do benefício — a aposentadoria ou pensão — depende do tempo de contribuição, da idade e do desempenho financeiro do fundo.

Outras vantagens, segundo Pena, são a dedução mensal das contribuições do Imposto de Renda (limitada a 12% dos rendimentos tributáveis), a cobertura em caso de morte ou invalidez e a possibilidade de acesso a empréstimos e financiamentos imobiliários.



Presidente da Funpresp, Ricardo Pena concede entrevista a veículos do Senado

“Governança assegura a sustentabilidade”

Garantir a tranquilidade do servidor ao se aposentar é a principal preocupação da Funpresp, segundo Ricardo Pena. Ele explica que a participação de funcionários e dos patrocinadores nas decisões, por meio dos conselhos deliberativo e fiscal e dos comitês dos planos, asseguram a sustentabilidade do fundo.

Pena descartou comparações com outros fundos, como o Aerus, que administrava planos de previdência privada de empresas como Varig e Transbrasil. Devido a um rombo financeiro, o Aerus está sob intervenção. Os aposentados e pensionistas recebem apenas parte do valor a que fazem jus e têm garantia de recebimento do benefício por poucos meses. Para Pena, além de novas restrições e limites prudenciais de investimento fixados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela Previc, o Aerus e a Funpresp têm naturezas diferentes, o que afasta a possibilidade de se repetir a situação.

Sobre as aplicações da Funpresp, Pena observou que

a política de investimentos segue uma série de passos, começando com sua definição pelo Conselho Deliberativo, que estabelece as diretrizes desses investimentos.

— Há regras. Não podemos investir em qualquer ativo financeiro. Nossa orientação inicial é mais conservadora e, para isso, estamos investindo no Banco do Brasil e na Caixa, em fundos exclusivos: 92% foi investido em renda fixa e 8% em variáveis, como ações de primeira linha — explicou.

A rentabilidade dos investimentos da Funpresp acumulada em 2013 foi superior aos índices de mercado de renda fixa e renda variável, conforme levantamento da fundação.

— No ano passado, nós rendemos quase 7%, quando a média dos outros fundos de pensão ficou em 0,2%. O fundo está sendo constituído e nós queremos formar credibilidade para o servidor — assinalou.

Além dos servidores que ingressaram no serviço público após a criação da Funpresp, a instituição quer atrair tam-

bém os funcionários públicos que não estão submetidos às novas regras de previdência. Para eles, a Funpresp oferece o plano de adesão como participante ativo alternativo.

— Em vez de o servidor optar por uma previdência complementar em um banco privado, ele pode ter sua previdência aqui. Pela portabilidade, ele poderá sair do banco, que é mais caro, e vir para dentro da Funpresp, onde ele ainda participa da gestão — acrescentou.

Está em fase de desenvolvimento no site da Funpresp uma área restrita em que o participante poderá acompanhar diariamente suas contribuições e as do patrocinador, os rendimentos e o saldo acumulado para a aposentadoria. A ideia, de acordo com Valente Júnior, é em breve oferecer três níveis de investimentos de acordo com o perfil do participante.

— Haverá uma mesa própria de investimentos. O servidor poderá definir que os recursos de sua conta individual sejam investidos em um plano mais arrojado ou conservador.

Como funciona a Funpresp

► **ADESÃO:** A adesão ao plano LegisPrev é facultativa e pode ser feita a qualquer tempo a partir da data de entrada em exercício. Basta o servidor preencher o **formulário de inscrição**, disponível no RH do patrocinador e na página da Funpresp, imprimir e assinar três vias. As cópias do requerimento devem ser recebidas na área de Recursos Humanos, que procederá a homologação e o cadastramento no sistema. É possível simular a adesão por meio do site da fundação.

► **QUEM PODE ADERIR:** Os servidores públicos titulares de cargo efetivo do **Poder Legislativo federal** e os membros do **Tribunal de Contas da União** que entraram em exercício após 7 de maio de 2013. Aqueles que ingressaram no quadro efetivo anteriormente a essa data poderão aderir ao plano como participante ativo alternativo, modalidade na qual não há contribuição da patrocinadora.

► **CONTRIBUIÇÕES:** Para o **participante ativo normal**, a contribuição poderá ser de 7,5%, 8% ou 8,5% de seu salário de participação (parcela de sua base de contribuição que exceder o teto do RGPS). Nesses casos, a patrocinadora efetuará a mesma contribuição para o plano. Para o **participante ativo alternativo**, a contribuição será aquela por ele escolhida, limitada à sua base de contribuição e desde que superior a 10 URPs (unidade referência do plano), atualmente fixada em R\$ 100 cada uma. Nesse caso, a patrocinadora não efetuará contrapartida.

► **REGULAMENTO E DÚVIDAS:** O regulamento do LegisPrev contém todas as regras do plano e pode ser acessado no **site da Funpresp** (www.funpresp.com.br). Um manual sobre o plano de benefícios está disponível no site da fundação. A **central de atendimento** (0800 6794) também pode ser usada em caso de dúvidas e para mais informações.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

12h Sessão especial celebra lançamento da Campanha da Fraternidade de 2014, que trata do tráfico de pessoas. A pauta está trancada pela Medida Provisória 627/2013, que muda tributação de subsidiárias de empresas brasileiras no exterior.

PRESIDÊNCIA Fraternidade

12h Renan Calheiros preside sessão de lançamento da Campanha da Fraternidade de 2014; às 16h, a ordem do dia; às 19h, sessão do Congresso.

CCT Prazo para patente

9h Na pauta, projeto que dá prazo de 180 dias para exame de pedido de patente e propostas que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e TV em diversas regiões do país.

CCJ Reforma do Código Penal

9h Audiência sobre reforma do Código Penal, com os presidentes do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coelho, e da AMB, João Ricardo dos Santos Costa.

CAE/CMA Petrobras

10h Audiência pública com a presidente da Petrobras, Graça Foster, sobre denúncias contra a empresa e a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).

CDH/CAS Pesquisa do Ipea

11h A repercussão da pesquisa do Ipea sobre o estupro é tema de audiência pública conjunta. Está convidada a jornalista Nana Queiroz, idealizadora da campanha Eu Não Mereço Ser Estuprada.

CCT/CCJ/CMA Marco Civil da Internet

14h Audiência conjunta sobre o projeto que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet, o chamado Marco Civil da Internet. A audiência pode ser acompanhada pelo Portal e-Cidadania e pelo Alô Senado.

CCAI Reunião administrativa

14h30 Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

CMO Crédito para ministério

14h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara, para votar o projeto que autoriza crédito suplementar para o Ministério das Cidades no valor de R\$ 113,8 milhões.

CONGRESSO Vetos presidenciais

19h Análise de vetos a projetos do Legislativo. O primeiro item da pauta é o veto total ao projeto que estabelece regras para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **9h**, audiência pública da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**; às **10h**, audiência pública conjunta das **Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**. Ao **meio-dia**, **sessão especial** para celebrar o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2014. E, às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Ao STF, Renan diz que CPI ampla respeita o princípio da eficiência

Presidente do Senado respondeu a questionamentos da ministra Rosa Weber, relatora de dois mandados de segurança de senadores

EM RESPOSTA AO pedido de informações da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a decisão dele a favor de ampliar o escopo da investigação da CPI da Petrobras foi tomada em nome do princípio da eficiência na administração pública. A resposta foi enviada à ministra ontem.

Rosa Weber é relatora de dois mandados de segurança sobre a CPI: um da oposição (MS 32.885), exigindo a investigação exclusiva, e outro do governo (MS 32.889), que questiona a possibilidade de uma CPI examinar fatos apontados como desconexos.

Impetrado na semana passada, o mandado de segurança da oposição contesta a decisão do presidente da Casa. Ao se pronunciar sobre as questões de ordem formuladas em Plenário por Gleisi Hoffmann (PT-PR) — contra o requerimento da oposição para criar CPI sobre quatro pontos relacionados à Petrobras — e por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) — contra a proposta do governo de ampliar a apuração para o metrô de São Paulo e o Porto de Suape —, Renan Calheiros optou



Renan Calheiros afirmou à ministra Rosa Weber que não houve ofensa ao direito da Minoria, como alega a oposição

pela investigação de todas as denúncias de irregularidades em uma única CPI.

Por iniciativa do próprio Renan, a decisão foi analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que confirmou o entendimento. O parecer da CCJ será agora examinado pelo Plenário. Com o apoio dos líderes partidários, Renan adiou esse exame para amanhã para aguardar a decisão do STF.

Pela proposta mais ampla, a CPI deve investigar denúncias relacionadas à Petrobras (compra da refinaria de Pasadena, contratos com a empresa SMB Offshore, risco à segurança de trabalhadores e construção de refinarias), contratos dos metrô de São Paulo e Distrito

Federal e investimentos do Porto de Suape, englobando assim estados governados por partidos de oposição.

Ainda na resposta ao STF, Renan Calheiros rejeitou a acusação de que estaria impedindo a instalação de uma CPI exclusiva.

A oposição pediu que o Supremo cancele liminarmente a decisão, alegando que contraria direito da Minoria, e autorize a imediata instalação da CPI exclusiva. Para Renan, não houve ofensa ao direito da Minoria.

“Uma vez que no mesmo momento dois grupos de senadores optam por investigar certos fatos, conseguindo assinaturas para instauração de CPIs, e que vários desses

fatos são comuns, a reunião de todos esses fatos e a criação de uma CPI mais ampla seria mais serviente do princípio constitucional da eficiência no âmbito do processo legislativo do que a existência de duas CPIs investigando os mesmos fatos, com possível descoordenação entre as investigações”, diz a resposta.

Além disso, lembra que a instalação da CPI ainda depende de decisão do Plenário. “Pode muito bem o Plenário determinar a instalação conforme requerida [pela oposição]”, esclarece.

Outros dois pedidos de CPI, agora mistas (com participação de senadores e deputados), devem ser lidos hoje em sessão do Congresso Nacional.



Antonio Cruz/ABR

Alvaro vê interesse eleitoral na suspensão de pesquisa do IBGE

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a decisão do IBGE de suspender até 2015 a divulgação dos resultados trimestrais da Pnad Contínua, nova pesquisa que mede indicadores sociais e o mercado de trabalho. Para ele, há interesse eleitoral.

O senador comentou editorial publicado ontem no jornal *O Estado de S. Paulo* segundo o qual a suspensão mostra que o governo do PT não hesitará em intervir em qualquer órgão público para evitar a divulgação de resultados econômicos que possam causar danos à campanha da presidente Dilma Rousseff à reeleição.

A Pnad Contínua apontou desemprego de 7,1% em 2013, enquanto a pesquisa mensal de emprego do IBGE indica cerca de 5%.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador diz que objetivo é evitar divulgação de dados negativos

Senadores ouvem a presidente da Petrobras

A presidente da Petrobras, Graça Foster, participa hoje de audiência conjunta no Senado para esclarecer denúncias envolvendo a estatal. O governo espera que as explicações para negócios como a compra da refinaria de Pasadena, nos EUA, em 2006, ajudem a reduzir a pressão pela criação de uma CPI.

Ontem Graça Foster participou, ao lado da presidente Dilma Rousseff, de cerimônia que marcou a viagem inaugural do petroleiro Dragão do Mar, no Porto de Suape (PE). Dilma afirmou que “não transigirá” no combate a ações criminosas, como tráfico de influência e corrupção, mas que tampouco aceitará o que chamou de “campanha negativa com proveito político” contra a empresa.

No Senado, Anibal Diniz (AC), vice-líder do PT, disse que, depois da audiência com Graça Foster, será possível avaliar melhor a necessidade de uma CPI. Senadores da oposição voltaram a classificar a presença da executiva como manobra para “esconder a realidade”. Acreditam, porém, que a estratégia não terá sucesso.

— Quando vem autoridade do governo ao Congresso, não vem para revelar, vem para esconder. Já estamos acostumados com isso. Mas é uma manobra que não terá repercussão e muito menos sucesso — afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR), que comandou a coleta de assinaturas para a CPI da Petrobras.

O senador antecipou que, apesar do modelo de depoimento em audiência pública dificultar a arguição da presidente da Petrobras, a oposição tem perguntas que vão além do que foi noticiado na imprensa. Um dos questionamentos será sobre a suposta

omissão do governo no caso da compra da refinaria, já que as primeiras denúncias foram divulgadas em 2012.

Para Anibal Diniz, Graça Foster é uma pessoa preparada e tem todas as informações sobre a gestão da Petrobras. Na avaliação do vice-líder do PT na Casa, as denúncias são fruto de “descaminhos que aconteceram por obra e ações de pessoas isoladamente” e não de um partido ou da direção da empresa. Sobre a necessidade de CPI, Anibal argumentou que só será possível fazer essa análise depois da audiência.

— É fundamental que se faça

investigação de tudo, que não se escolha apenas a Petrobras para ser investigada, quando sabemos que no Brasil há outras denúncias que precisam ser esclarecidas, como o caso do metrô paulista — afirmou.

Embora questione a CPI com foco exclusivo na Petrobras, por supostamente tratar de denúncias “desconexas”, o governo também defende uma comissão mais ampla, que investigue também contratos dos metrô de São Paulo e do Distrito Federal e obras do Porto de Suape.

Graça Foster será ouvida às 10h, em audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A iniciativa de organizar a reunião foi do presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ). Audiências com Graça Foster e com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, chegaram a ser marcadas para o início de abril, mas foram canceladas pelo governo em razão da insistência da oposição em instalar uma CPI exclusiva para apurar as denúncias na estatal.



Graça (C) ao lado do governador João Lyra e da presidente Dilma em Suape (PE)

Divulgação Agência Petrobras

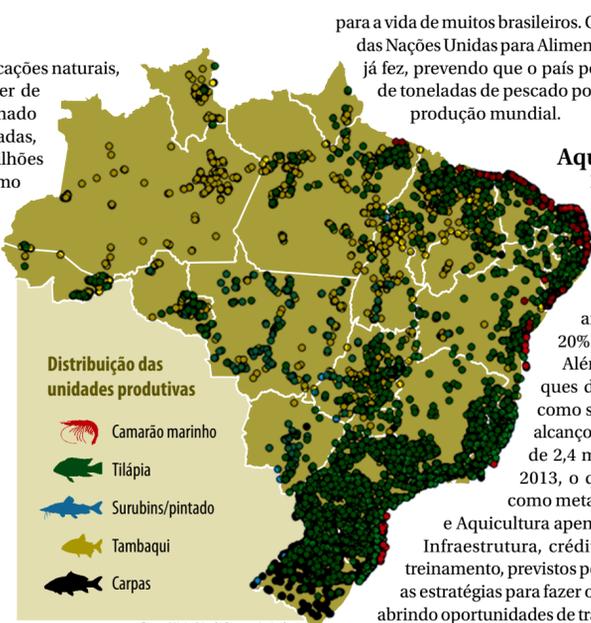
Com recursos naturais privilegiados, país sofria estagnação na pesca havia 15 anos. Mas o setor reencontrou o desenvolvimento e a aquicultura cresce 20% a cada ano, ampliando oportunidades de trabalho e investimento. Atualmente cada brasileiro consome por ano 14,3 quilos de pescado em média, mais do que os 12,5 quilos recomendados pela Organização Mundial da Saúde

Brasileiro pode e deve aprender a criar peixe

Thâmara Brasil

QUE O BRASIL tem algumas vocações naturais, não há dúvidas. Mas o que dizer de crescer muito num setor estagnado há 15 anos? Há quase duas décadas, o mundo pesca as mesmas 90 milhões de toneladas, enquanto o consumo só cresce. Fatores ambientais são a principal causa do problema: a pesca predatória — em especial a feita ilegalmente pela China, acusada por especialistas de saquear os mares do mundo — e a poluição continuam limitando a atividade.

E se forem consideradas as condições do território brasileiro — 8,5 mil quilômetros de costa marítima, 13% da água doce do mundo e 10 milhões de hectares de lâminas d'água no interior, incluindo os reservatórios das hidrelétricas e águas em propriedades privadas — é só fazer as contas para perceber que pesca e aquicultura podem ser a solução



para a vida de muitos brasileiros. Contas que a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) já fez, prevendo que o país pode produzir 20 milhões de toneladas de pescado por ano, ou mais de 20% da produção mundial.

Aquicultura

Esse é um número que o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) prevê que o país possa alcançar depois de 2030, se mantida a taxa anual de crescimento de 20% da aquicultura nacional. Além de recuperar os estoques de espécies importantes, como sardinha e lagosta, o país alcançou uma produção histórica de 2,4 milhões de toneladas em 2013, o que estava estabelecido como meta do Plano Safra da Pesca e Aquicultura apenas para o final de 2014.

Infraestrutura, crédito, menos burocracia e treinamento, previstos pelo plano do governo, são as estratégias para fazer o país deslanchar na área, abrindo oportunidades de trabalho e de investimento.

Crivella comemora o biênio 2012–2013

Segundo o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), ministro da Pesca e Aquicultura de 2012 a fevereiro deste ano, mesmo com esse potencial extraordinário para a produção de pescado, o Brasil sempre esteve mais voltado à produção de aves e de carne bovina e suína, deixando de aproveitar os recursos naturais hídricos. Ele ressaltou que, com as políticas para o setor intensificadas nos últimos dois anos, isso começa a mudar.

— Nós tínhamos, em 2011, 1,4 milhão de toneladas, subimos 100 mil toneladas em 2012, fomos para 1,5 milhão, mas saltamos para 2,4 milhões em 2013, com um aumento de quase 1 milhão de toneladas de pescados — comemorou.

O senador informou que o Plano Safra da Pesca e Aquicultura, com R\$ 4 bilhões até o fim do ano, tem sido o responsável pelo resultado, ao lado da simplificação do licenciamento ambiental e da desoneração do pescado, que passou a compor a cesta básica e teve impostos reduzidos.

— Para a criação de suínos, aves e bovinos, havia dispensa de licenciamento, mas para a criação de peixe se exigiam três licenças: prévia, de instalação e de operação. Hoje é necessária apenas uma licença simplificada, que pode ser obtida pelo computador.

Além disso, houve avanços no financiamento de pesquisas para a construção de embarcações, na obtenção de tecnologias para monitoramento da água em parques aquícolas e em programas sociais.

Segundo o MPA, a infraestrutura também ganhou reforços importantes, com terminais pesqueiros públicos em Niterói (RJ), Manaus, Salvador e Ilhéus (BA). Houve ainda a retomada das operações de Camocim (CE), com a expectativa de torná-lo o ponto de desembarque de atuns pescados, e do terminal pesqueiro de Porto Velho, para escoamento da produção recorde de tambaqui da região.



Andréia Rêgo

— O pescado acaba sendo um produto que o pescador, se não consegue vendê-lo em condições vantajosas, perde. Com o terminal pesqueiro, ele pode beneficiar esse pescado, há máquinas para cortar as vísceras, filetar e congelar esse peixe. Aí, ele tem um outro mercado, uma outra possibilidade de ganho — esclareceu o senador.

Para aproximar o produtor do consumidor, o ministério vem apostando nos caminhões de peixe. Atualmente são 168, com a promessa de vender o pescado mais barato.

— O consumo per capita, que era de 9,5 quilos, na época em que chegamos ao ministério, passou para 14,5 quilos, segundo pesquisa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Para ser mais preciso, o brasileiro está comendo em média 14,3 quilos de pescado, ultrapassando a média recomendada pela Organização Mundial da Saúde, de 12,5 quilos — disse.

Prefeituras dão alfabetização e treinamento

O Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais artesanais, mais de 9 mil pescadores profissionais industriais e quase 2 mil aquícultores, segundo o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). De acordo com dados do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal, 26,94% dos pescadores que receberam o seguro-defeso em 2010 são analfabetos, 65,17% não concluíram o ensino fundamental e apenas 2,98% concluíram o ensino médio. A estimativa é de que 72% dos pescadores sejam analfabetos funcionais, de acordo com o MPA.

Para reverter o quadro, em 2003 foi criado o Programa Pescando Letras, levando em conta que a necessidade do trabalho acabou por excluir os pescadores dos sistemas de ensino. De 2003 a 2012, o programa atendeu quase 180 mil pescadores artesanais e trabalhadores da pesca, em parceria com o Ministério da Educação, por meio do Programa Brasil Alfabetizado.

— O programa de alfabetização e qualificação Pescando Letras conseguiu alfabetizar, em 2013, 17.353 pescadores, e

11.217 foram matriculados no Pronatec [Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego] — informou Crivella em discurso no Plenário.

O Pescando Letras é desenvolvido pelo MPA em parceria com os municípios e as aulas geralmente coincidem com o período do defeso, abrangendo ainda conhecimentos técnico-profissionais, como carpintaria de pesca, motores, beneficia-

mento do pescado, artesanato com subprodutos.

Para saber mais, o interessado deve consultar a prefeitura ou a secretaria de Educação do município para se informar sobre cursos para pescadores como parte do Programa Brasil Alfabetizado. Se não houver previsão, pode-se solicitar à superintendência federal de Pesca e Aquicultura do estado ([veja os endereços em http://bit.ly/SICpesca](http://bit.ly/SICpesca)).



Pescadores da comunidade do Caranguejo (PE) concluem o curso de alfabetização

Alvine Pinheiro/Secretaria de Educação/PE

Tecnologia é arma contra pesca ilegal

A pesca ilegal prejudica o setor, seja porque não paga impostos e concorre deslealmente com a pesca lícita, seja porque desrespeita os períodos de defeso*, comprometendo a sobrevivência das espécies e, portanto, o futuro da atividade.

— Criamos o Plano Nacional de Combate à Pesca Ilegal, em coordenação com a Polícia Federal, com as polícias ambientais dos estados, com o Ibama, com a Marinha e os Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça para evitar que o Brasil sofra com a pesca ilegal, não só de barcos estrangeiros, mas também de brasileiros que pescam no período de defeso, em áreas proibidas, em quantidades proibidas e espécies também protegidas — detalhou o senador Crivella em seu balanço à frente do MPA.

Segundo o ministério, o país tem 1.572 rastreadores por satélite para monitorar a pesca ilegal. As embarcações pagam R\$ 3 mil pelo equipamento e R\$ 100 de mensalidade, mas o MPA projeta reduzir esse custo — que ele reconhece como inviável para pequenos pescadores — usando o satélite brasileiro e desenvolvendo equipamento nacional.

Também de acordo com

Crivella, 58 mil embarcações foram legalizadas e 345 mil licenças de pesca esportiva foram expedidas em 2013 pelo MPA, que também reviu as mais de 30 normas.

Tecnologia

Já para auxiliar a pesca e a navegação das pequenas embarcações, o pescador pode contar com financiamento para a compra de sonares, GPS, rádios VHF, entre outros. Há também linhas de crédito para

reformatar e substituir barcos antigos de pesca artesanal, assim como para a aquicultura.

Outro recurso foi o arrendamento de embarcações estrangeiras, mais modernas e de maior produção, que transferem tecnologia para a tripulação brasileira contratada. A frota arrendada é de 14 barcos: 3 espanhóis e 11 japoneses.

* **Defeso:** épocas de reprodução das espécies em que a captura de peixes é proibida para garantir sua sobrevivência.



Colônia de pescadores em Itapuã, Salvador: incentivos à cooperação são maiores

Conor Gonio / AGENCY/BA

Ajuda do governo

PARA AQUICULTURA

subsídio de

70%

do custo da energia elétrica para bombeamento e aeração dos tanques

PARA A PESCA

subsídio de

25%

do preço do óleo diesel na refinaria, sem o CMS, para barcos nacionais

Bancos oficiais têm crédito com condições diferenciadas

Segundo Marcelo Crivella, no primeiro ano do Plano Safra da Pesca e Aquicultura foram realizados 23 mil financiamentos para pescadores e aquícultores com o repasse de cerca de R\$ 600 milhões.

As linhas de crédito destinam-se a agricultores familiares cuja propriedade tenha condições para a criação de peixes (água, relevo, energia); à produção de peixes ornamentais, em viveiro escavado e em tanque-rede; à produção de camarão e de ostras, mexilhões e vieiras; e para cooperativas e marisqueiras.

Para associações de pescadores, o limite financiado é de R\$ 4 milhões. Já para cooperativas singulares, é de R\$ 10 milhões,

com limite por associado de R\$ 10 mil. Para cooperativas centrais, o limite é de R\$ 30 milhões, mas, se a cooperativa ou associação tem no mínimo 70% dos sócios ativos formados por pescadores ou aquícultores enquadrados no Pronaf (Programa Nacional da Agricultura Familiar), as condições são diferenciadas.

As mulheres que se dedicam à pesca de mariscos também são alcançadas pelas linhas de crédito. Para elas, é oferecido crédito especial de R\$ 2,5 mil, para a compra de equipamentos como caixa de isopor, triturador de concha, congelador e fogão industrial, com um bônus de 25% em cada parcela paga em dia.

Como acessar

- 1) Registre-se ou recadastre-se no **Registro Geral da Atividade Pesqueira**, do Ministério da Pesca e Aquicultura (<http://bit.ly/registroPesca>)
- 2) Acesse as **cartilhas e vídeos** disponíveis na internet (<http://bit.ly/docsPesca>) e procure informações sobre o Plano Safra na superintendência do MPA do seu estado (os endereços estão em <http://bit.ly/SICpesca>)
- 3) Escolha o **banco** com o qual deseja contratar o empréstimo e verifique a situação de seu cadastro, as linhas de crédito e os documentos exigidos. Bancos credenciados: Banco do Brasil (www.bb.com.br); Banco da Amazônia (www.basa.com.br); Banco do Nordeste do Brasil (www.bnb.gov.br)
- 4) Procure o **órgão de extensão rural** mais próximo para elaborar a proposta de projeto técnico (o MPA oferece modelos de projetos para as diferentes atividades)
- 5) Entregue a sua **proposta** no banco escolhido e os **documentos** exigidos
- 6) Acompanhe o **processo** na agência bancária.

Aposentadoria especial e salário-defeso podem virar lei

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou dia 8 substitutivo que garante aposentadoria especial a pescadores e trabalhadores de atividades afins a partir dos 25 anos de contribuição.

O substitutivo foi apresentado pelo senador Benedito de Lira (PP-AL), com base em dois projetos de Paulo Paim (PT-RS) que tramitavam em conjunto (PLSs 150 e 152, ambos de 2013). Segundo Paim, a categoria desenvolve um trabalho “perigoso e insalubre” e, por isso, merece



Luiz de Paula Aguiar/Senado



Jose Carlos Aguiar/Senado

se exercerem outra atividade profissional no período de defeso. A fonte de custeio será o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O projeto altera o Plano de Benefícios da Previdência Social, que já havia incluído os pescadores com base na Lei da Pesca (Lei 11.959, de 2009), que estendeu a esses trabalhadores a aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de contribuição, aposentadoria especial, auxílio-doença, salário-família, salário-maternidade e auxílio-acidente, igualando os pescadores artesanais aos segurados especiais.

A proposta, se não receber recurso para votação em Plenário, seguirá para a análise da Câmara dos Deputados.

Seguro-desemprego também para catadores de marisco

Os catadores de marisco e de caranguejo também poderão receber o seguro-desemprego durante os períodos de defeso. A inclusão desses trabalhadores está prevista em projeto aprovado em março pela Comissão de Agricultura (CRA) e que se encontra na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para os pescadores artesanais licenciados, a Lei 10.779/2003 prevê o seguro-desemprego no valor de um salário mínimo. Com o projeto (PLS 491/2013), o senador Mário Couto (PSDB-PA) quer incluir na lei catadores de marisco e caranguejo registra-

dos nas colônias de pesca de suas regiões. A proposta prevê, ainda, que o período de defeso seja fixado também para caranguejos e mariscos.

Em voto favorável, o relator, Benedito de Lira, acredita que a proposta permitirá o rearranjo da produção, organizando o trabalho em função da sazonalidade.

Benedito resalta que, em 2011, o país produziu 16 mil toneladas de marisco e 10 mil toneladas de caranguejo.

— Esses números dão conta da importância da produção, que tem a participação de milhares de trabalhadores artesanais.



Renato Torres/Agência Senado

Saiba mais

Ministério da Pesca e Aquicultura
www.mpa.gov.br

Registro Geral da Atividade Pesqueira
<http://bit.ly/registroPesca>

Cartilhas e vídeos sobre financiamento pelo Plano Safra
<http://bit.ly/docsPesca>

Lista das 27 superintendências federais de Pesca e Aquicultura
<http://bit.ly/SICpesca>

Veja esta e outras edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania



Amaral enfatiza importância do conhecimento para o setor produtivo, durante debate coordenado por Collor (3º à esq.)

Falta de mão de obra pede educação técnica e básica

Especialistas ouvidos pela Comissão de Infraestrutura alertam para a importância da formação geral, além da profissionalizante. Eles sugerem fonte perene de recursos para resolver o problema

A ESCASSEZ DE mão de obra e a importância da educação na qualificação profissional foram debatidas ontem na Comissão de Infraestrutura (CI). Para os convidados da audiência pública, o grande desafio é buscar equilíbrio entre oferta e demanda do mercado, com investimento nos cursos técnicos profissionalizantes, na educação básica e na ampliação da pós-graduação.

O coordenador do Curso de Ciência da Computação do Centro Universitário de Brasília (Uniceub), Paulo

Rogério Foina, sugere uma política de longo prazo que viabilize os investimentos necessários para a educação. Para evitar que profissionais como engenheiros e cientistas ocupem cargos técnicos pela falta de mão de obra especializada, o professor indica a valorização do trabalho técnico e o incentivo à parceria empresa-escola.

Pós-graduação

O diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Lívio Ama-

ral, chamou a atenção para a importância da transferência de conhecimento acadêmico para o setor produtivo.

O número de cursos de pós-graduação cresce em torno de 20% a cada três anos. Educação de qualidade, reconhecida internacionalmente — como o Programa Ciência sem Fronteiras —, no entanto, é “acessível a uma minoria”, lamenta Amaral. Por isso, a Capes começou, segundo ele, a investir na formação de professores, com a distribuição de bolsas, para melhorar os ensinamentos fundamental e médio.

Pronatec estima 8 milhões de vagas este ano

A coordenadora-geral do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Nilva Schroeder, defende a articulação entre os diferentes agentes participantes do processo para ampliar a oferta de matrículas no ensino técnico profissionalizante.

A meta do Pronatec é oferecer 8 milhões de vagas até o fim do ano, inclusive nos institutos federais, nas redes públicas estaduais e na educação a distância. Uma das ações é investir no retorno

à sala de aula (mais de 60% dos jovens não concluem o ensino médio), com elevação da escolarização e educação integrada.

Atualmente são 220 cursos técnicos e mais 646 de formação inicial e continuada. Os cursos mais procurados são de segurança do trabalho, informática, logística e enfermagem.

Para o presidente da Comissão de Infraestrutura, senador Fernando Collor (PTB-AL), falta um direcionamento por

parte das universidades para profissões que o mercado possa absorver. Enquanto isso, também se verifica no nível técnico uma grande carência de profissionais qualificados.

— A educação não pode ser improvisada, tem que ser de qualidade. E é isso que buscamos alcançar, para que o Brasil possa ser visto como um país que dá aos seus a oportunidade de acesso a um bom ensino e que possa competir com o restante do mundo — concluiu o senador.

Audiência pública interativa debate tributação de bicicletas

A Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano promove amanhã audiência pública para debater os efeitos econômicos das regras tributárias no setor de bicicletas. A audiência foi proposta pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), presidente do colegiado, que funciona no âmbito da Comissão de Infraestrutura (CI).

Diversos impostos e con-

tribuições incidem sobre a importação, fabricação e comercialização de bicicletas. Dadas as condições com que cada um desses tributos é aplicado, a tributação atinge uma média de 63,1%. Assim, uma bicicleta que custe R\$ 100 chega ao consumidor a R\$ 163,10.

A audiência acontece às 14h30 e o público poderá participar pelo Alô Senado.

ACOMPANHE E PARTICIPE AMANHÃ ÀS 14h30

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CISPIDbikesEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CISPIDbikesAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #CISenado #PIZero #BicicletaParaTodos	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211

Comissão avalia benefício fiscal para transporte urbano

A intenção de zerar as alíquotas da contribuição social para o PIS-Pasep e Cofins no transporte urbano entre municípios será debatida amanhã pela Comissão de Infraestrutura (CI). Projeto (PLS 440/2013) de Acir Gurgacz (PDT-RO, foto) tem voto favorável do relator, Ciro Nogueira (PP-PI). Se aprovado, o projeto segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na pauta constam ainda qua-



tro requerimentos do presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL). Dois pedem a criação de grupos de trabalho com especialistas — um para atualizar o Código

Brasileiro de Aeronáutica, outro para criar marco regulatório para a exploração no Brasil de gás de folhelho (gás fóssil usado como energia). Outros dois pedem estudos da consultoria sobre regime tributário e legislação para mineração em faixa de fronteira.

Raupp quer linha de crédito para vítimas das cheias em Rondônia

As famílias desabrigadas em Rondônia em razão da enchente do Rio Madeira foram alojadas em escolas, o que significa que os alunos estão sem aulas, disse Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador fez um apelo aos bancos oficiais para que abram linhas de crédito para socorrer as famílias.

— A enchente afetou 18 mil pessoas no estado. Os prejuízos devem ultrapassar a cifra de um R\$ 1 bilhão. Para tentar



normalizar o ano letivo, as famílias estão sendo transferidas para acampamentos. As temperaturas estão muito altas e as pessoas ficam sob lonas — disse.

Raupp solicitou da Eletrobras a distribuição de aparelhos de ar condicionado portáteis e pediu ainda à empresa que retire do cadastro de inadimplentes as empresas devedoras de energia para que elas possam refinar as dívidas e pagar as contas atrasadas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Ex-presos denunciam apoio do Brasil à tortura

Brasileiros presos políticos do regime ditatorial do Chile, iniciado em 1973, afirmaram que Brasil treinou torturadores chilenos e que autoridades diplomáticas foram omissas

BRASILEIROS VÍTIMAS DE tortura no Chile reclamaram da omissão das autoridades diplomáticas nacionais e alertaram para o fato de agentes do Brasil terem ensinado técnicas de tortura e de interrogatório aos chilenos. Os ex-presos políticos foram detidos no Estádio Nacional, em Santiago, transformado em campo de concentração de prisioneiros políticos após o golpe que derrubou o presidente Salvador Allende, em 1973. Eles participaram ontem de uma audiência da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça do Senado para esclarecer ações ilegais de integrantes da polícia política brasileira.

Segundo os convidados, após o golpe no Chile, uma das primeiras providências dos militares foi perseguir estrangeiros, que passaram a ser considerados inimigos do regime, inclusive aqueles que não estavam ligados a nenhuma atividade política.

— Temos informações de que o Ministério das Relações Exteriores e a embaixada brasileira sabiam da situação, só que eles estavam atrelados à ditadura e não à proteção de seus cidadãos. Eles estavam lá para ensinar os chilenos a torturar. Entre os brasileiros presos, havia pessoas que não tinham nada a ver com atividade política e não receberam atenção nenhuma do governo



Capiberibe (3º à esq.) presidiu a audiência que tratou de ações ilegais de agentes brasileiros durante a ditadura no Chile

brasileiro — afirmou o ex-presos e advogado Vitório Sorotiuk, que entregou à subcomissão um documento do Ministério das Relações Exteriores com uma lista de nomes de torturados no Estádio Nacional.

— Se alguém ainda tem dúvidas a esse respeito, basta assistir ao documentário da diretora chilena Carmen Luz Parot, intitulado *Estádio Nacional*, de 2002, em que ela revela que os verdugos chilenos receberam a assessoria de militares brasileiros. E essa assessoria não foi apenas para ensinar como é que se torturava. Eles também levaram equipamentos elétricos de tortura que não existiam no Chile — relatou Vitório.

O presidente da Subcomissão, senador João Capiberibe (PSB-AP), disse que vai apresentar requerimento ao Ministério da Defesa solicitando

os nomes de todos os oficiais das três Armas que estiveram no Chile naquele período e também para o Ministério das Relações Exteriores, com os nomes de diplomatas e cônsules que atuaram na época. Para ele, as Forças Armadas precisam reconhecer os erros e pedir desculpa à sociedade brasileira.

A deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) afirmou que Chile, Argentina e Uruguai, ao contrário do Brasil, resgataram a verdade e não absolveram os criminosos ditadores. Ela pediu a mudança na Lei da Anistia, editada em 1979, para perdoar crimes políticos cometidos entre 1961 e 1979, período que inclui a ditadura militar.

Antro

Depois de narrar seu sofrimento, outra vítima da tortura,

Ubiramar Peixoto de Oliveira, classificou o consulado brasileiro no Chile de um “antro e covil de torturadores”.

Já Tomás Togni Tarquinio disse que o mais trágico foi que as prisões no Estádio Nacional

foram a primeira cooperação internacional de tortura e repressão.

— Apenas a ditadura brasileira teve esse papel de enviar policiais brasileiros para interrogar e torturar e ensinar os chilenos esse tipo de prática — afirmou.

Os perseguidos políticos pediram a investigação da atuação das embaixadas e consulados no regime militar.

Por fim, Capiberibe lembrou que, em 14 de abril de 1976 (há exatos 38 anos), morreu num acidente de carro a estilista Zuzu Angel, cujo filho havia sido assassinado pela ditadura cinco anos antes.

— A versão do acidente só foi desmentida em 1998, até então ela criara muitos embaraços à ditadura — afirmou o senador.

Senado tentará identificar torturadores brasileiros no Chile

Instalada em abril do ano passado, a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado. O objetivo do colegiado é resgatar os fatos ocorridos durante o regime militar brasileiro (1964–1985) e contribuir para a Comissão Nacional da Verdade, instalada pelo Executivo.

Também relataram suas experiências ontem à subcomissão os ex-presos Dirceu Luiz Messias, Otto Brockes, Vicente Faleiros, Nielsen de Paula Pires e Osni Geraldo Gomes, que vive na Suécia e enviou um emocionado depoimento em vídeo.

Eles vão colaborar na tentativa de reconhecer os torturadores brasileiros que atuaram no Chile.

Comissões debatem hoje pesquisa do Ipea sobre estupro no Brasil



Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) motivou audiência conjunta das Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) hoje. A sugestão foi de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher no Senado.

Na divulgação inicial da pesquisa, em março, o Ipea chegou a informar que 65% dos entrevistados haviam concordado com a afirmação de que mulheres com roupas curtas merecem ser atacadas. O índice correto, no entanto, é de 26%. O instituto atribuiu o erro a um problema na tabulação.

A jornalista Nana Queiroz é uma das convidadas. Ela é a idealizadora da campanha Eu Não Mereço Ser Estuprada, que mobilizou milhares de mulheres nas redes sociais. Também foram convidados o presidente do Ipea, Marcelo Neri, e representantes do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 11h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHipeaEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHipeaAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #Nãomereçoserestuprada #CDHSenado	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211

Representantes da magistratura discutem reforma do Código Penal

A reforma o Código Penal será debatida hoje pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a partir das 9h, com o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, e o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo dos Santos Costa. A proposta original (PLS 236/2012) recebeu substitutivo de Pedro Taques (PDT-MT), aprovado no fim de 2013 por uma comissão especial.

O que prevê o PLS 236/2012

- ▶ O texto preservou o limite máximo de 30 anos de prisão, mas com ressalva caso ocorra condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena. Nessa hipótese, o limite poderá passar a ser de 40 anos, não importando o período de pena já cumprido
- ▶ Aumenta a pena para lesão corporal no ambiente doméstico
- ▶ Tipifica o crime de enriquecimento ilícito e aumenta as penas para corrupção
- ▶ Mantém a prática de aborto como crime, mas com exceções, como casos de estupro, anencefalia e risco de vida para a mãe
- ▶ Classifica como crimes a perseguição obsessiva ou insidiosa, chamada de *stalking*, e a intimidação vexatória, o *bullying*
- ▶ Doação eleitoral ilegal também vira crime, com pena de 2 a 5 anos
- ▶ Transforma a corrupção em crime hediondo, assim como financiamento ao terrorismo, redução de pessoa à condição análoga à de escravo, tráfico de pessoas e crimes contra a humanidade
- ▶ Aumenta a pena mínima do crime de homicídio de 6 para 8 anos
- ▶ Eleva o tempo mínimo necessário para que o condenado tenha direito à concessão da progressão de regime de 1/6 para 1/4 da pena
- ▶ Extingue o livramento condicional
- ▶ Transforma algumas contravenções penais em crimes, como exploração de jogo de azar e perturbação do sossego
- ▶ Deixa de ser circunstância atenuante o fato de o agente ter menos de 21 anos de idade. A atenuação pela idade de 70 anos, na época da sentença, é aumentada para 75 anos

Crimes cometidos em manifestações poderão ter pena aumentada



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) examina amanhã substitutivo de Pedro Taques (PDT-MT, foto) que altera o Código Penal para aumentar as penas para crimes cometidos durante manifestações populares ou concentração de pessoas.

No texto, é considerado agravante para a pena o uso de máscara, capacete ou outro meio que dificulte a identificação de quem comete o crime. As medidas visam reprimir o vandalismo nas manifestações.

No projeto original (PLS 508/2013), o autor, senador Armando Monteiro (PTB-PE), propõe a criação de lei específica para tipificar o crime de vandalismo. Mas Taques optou por aumentar as penas para crimes já tipificados, quando praticados em manifestações e em ambientes de concentração de pessoas.

Em caso de lesão corporal nessas situações, a pena prevista de três meses a um ano de detenção seria aumentada pela metade. E o homicídio pode passar a ser qualificado, cuja pena é de 12 a 30 anos de reclusão.

O substitutivo também tipifica o dano ao patrimônio público ou privado. A pena é de reclusão de dois a cinco anos, além de multa.

Tramitam no Congresso outras proposições que visam coibir o vandalismo nas manifestações, mas o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, decidiram priorizar o substitutivo de Taques para agilizar a votação das medidas até 12 de junho, quando começa a Copa.

Marco Civil da Internet volta a ser discutido hoje pelos senadores

Comissões promovem audiência pública conjunta para ouvir especialistas sobre o projeto aprovado na Câmara dos Deputados

SERÁ REALIZADA HOJE a segunda audiência pública sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 21/2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, o chamado Marco Civil da Internet.

Os debates são promovidos pelas três comissões do Senado que examinam o texto antes do Plenário — Ciência e Tecnologia (CCT), Meio Ambiente (CMA) e Constituição e Justiça (CCJ).

Aprovado pela Câmara no fim de março, após três anos de intensos debates, o texto define direitos e deveres dos usuários e dos provedores de serviços de conexão e aplicativos na internet. Como tramita em regime de urgência, passará a trancar a pauta se não for votado no Plenário até o dia 12 de maio. A proposta já recebeu 41 emendas, tendo uma delas sido retirada.

Para a audiência de hoje, foram convidados, entre outros, Eduardo Moreira, diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal; José Francisco Lima, conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); Marcel Leonardi, diretor do Google do Brasil; e Renato Cruz, colunista do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Pressa

Na primeira audiência, realizada quinta-feira, representantes do governo e da sociedade civil defenderam o texto que veio da Câmara. Os convidados pedem a aprova-



Texto em debate hoje define direitos e deveres dos usuários e provedores de internet e foi aprovado em março na Câmara

ção rápida da proposta para que possa ser convertida em lei até a realização do NETmundial — Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, que acontece em São Paulo nos dias 23 e 24 de abril.

Já os relatores nas comissões — Vital do Rêgo (PMDB-PB) na CCJ, Zeze Perrella (PDT-MG) na CCT e Luiz Henrique (PMDB-SC) na CMA — querem discutir e aprimorar o texto. Apesar de elogiarem o trabalho do relator na Câmara, deputado Alessandro Molon (PT-RJ), eles afirmaram que cabem adequações.

Presente ao debate, o sena-

dor Walter Pinheiro (PT-BA) disse ser “lícito e correto” que o Senado faça ajustes no texto, mas defendeu a celeridade na aprovação do texto.

— Modificações posteriores podem ser apresentadas na forma de projetos de lei, já que o objetivo do marco civil é desenhar diretrizes, e não esgotar todos os assuntos relativos à internet — ressaltou, ao defender a importância de o projeto ser votado até reunião da NetMundial.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que consultará os líderes partidários para marcar a data de votação da proposta

e designou o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) como relator em Plenário.

Na quinta-feira, representantes de 30 entidades, acompanhados do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) e do deputado Alessandro Molon, foram recebidos por Renan Calheiros e pediram rapidez na votação do projeto.

Isonomia

No primeiro debate no Senado, especialistas apontaram como um dos pilares do PLC 21 o tratamento isonômico na oferta de pacotes de dados, sem distinção por conteúdo. Sem isso, dizem, poderá ocorrer na internet situação verificada na TV por assinatura, onde há diferentes categorias de usuários, conforme o valor do serviço contratado.

A audiência começa às 14h e os interessados podem participar pelo Portal e-Cidadania e pelo Alô Senado.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 14h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CCTinternetEC2	▶ Tempo real: http://bit.ly/CCTinternetAS2
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211

Comissão Mista de Inteligência define plano de trabalho



A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência reúne-se hoje para planejar os trabalhos.

Formada por três senadores e três deputados, fiscaliza as atividades de inteligência e contrainteligência no Brasil e no exterior pela administração pública federal.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES, foto), presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, preside a comissão em 2014, com o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente da comissão congênere da Câmara, na vice-presidência.

Projeto fixa prazo para exame de patentes

O exame de pedidos de registro de marcas e de patentes por parte do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) não poderá ultrapassar 180 dias. É o que prevê o projeto (PLS 316/2013) do senador Paulo Paim (PT-RS), que está na pauta da reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) prevista para hoje.

Segundo Paim, a criação industrial no Brasil aumentou muito nos últimos anos, graças à proteção trazida pela Lei 9.279/1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. No entanto, afirma o senador, a morosidade do processo

de concessão de patentes e registro de marcas ainda é um obstáculo à atividade dos inventores e dos empresários.

A intenção do senador ao propor mais celeridade na análise dos processos é, além de incentivar as invenções e o empresariado, fomentar a eficiência do Inpi, já que, para cumprir os prazos estabelecidos pelo projeto de lei, o governo federal deverá investir na estrutura e funcionamento do instituto.

“O prazo de 180 dias, contados do pedido de exame ou da resolução das pendências apontadas pelo Inpi, embora constitua medida ambiciosa, vai ao

encontro do objetivo de eficiência que deve pautar a atividade econômica e a ação administrativa do Estado”, defende Paim.

O relator na CCT, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), é favorável à matéria e apresentou apenas emendas de redação. O PLS 316/2013 recebe decisão terminativa na comissão.

Também estão na pauta da CCT dois requerimentos de convite a autoridades e especialistas para discutir a elaboração do edital de licitação para destinação da faixa de 700 MHz aos serviços de banda larga móvel de quarta geração (4G), atualmente ocupada pela TV aberta.

Anibal relata debate na ONU sobre saúde de mulher e adolescente

Anibal Diniz (PT-AC) relatou ontem a participação dele na 47ª reunião da Comissão sobre População e Desenvolvimento da ONU, em Nova York. Foram debatidos assuntos como a saúde reprodutiva e sexual de mulheres, planejamento familiar, redução das mortalidades materna e infantil e melhorias no ensino.

Segundo Anibal, houve avanços nas condições de vida de mulheres e meninas, mas os benefícios ficam limitados às mais ricas. Exemplo: 200 milhões de mulheres não conseguem fazer planejamento familiar. Também preocupam casamentos precoces, gravidez na adolescência e abortos entre mulheres de 15 a 24 anos.

O senador acredita que, no Brasil, a qualidade de vida das pessoas melhorou, especialmente entre mulheres e adolescentes. E isso acontece por causa dos investimentos em saúde, saneamento básico e previdência social.

Lídice da Mata diz que Medellín é exemplo de inclusão pela educação

As transformações sociais verificadas nos últimos anos em Medellín, cidade de 2,7 milhões

de habitantes do noroeste da Colômbia, apontam um caminho que também pode ser seguido pelo Brasil, segundo a senadora Lídice da Mata (PSB-BA).

Juntamente com o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), a parlamentar participou do 7º Fórum Urbano Mundial, organizado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) na cidade, escolhida por ser considerada um exemplo internacional em transformações urbanas.

— Constatamos o quanto o investimento em educação tem repercutido na inclusão social e na segurança pública. Isso só fez aumentar minha convicção de que o remédio estrutural de curto, médio e longo prazo contra a desigualdade social se dá por meio da educação — disse a senadora.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado